

1 ATA DE Nº11/2019 DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
2 CULTURAL - CMPC - GESTÃO 2018/2020. Aos seis dias do mês de maio de 2019, às 19:00
3 horas, os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, reuniram-se na sede da Casa
4 dos Conselhos de Balneário Camboriú. **Conselheiros (as) presentes:** Celso José dos Santos
5 Peixoto (Titular/Gabinete); George Varela (Titular/FMBC); Ana Beatriz Mattar (Titular/FMBC);
6 Ketlin da Rosa Talevi (Titular/Casa dos Conselhos); Luciana Siebert (Titular/Artes Visuais);
7 Dagma Fatima de Castro (Titular/AudioVisual), Carlos Alberto Fernandes (Titular/Cultura
8 Alimentar); Giovana Tambelra (Titular/Dança); Bruna Moreira Pieami (Titular/Teatro). A
9 Presidente Dagma agradece a presença de todos. Ressaltou as palestras sobre marketing na
10 administração pública, promovida pela Univali, e que a Andrea, assessora de imprensa da
11 Prefeitura conseguiu um espaço para participação. **Pauta: etapa regional do Fórum Estadual**
12 **de Cultura**, ressaltou-se que a etapa regional ocorrida em Balneário Camboriú, no Teatro,
13 contou com 56 municípios inscritos e que estiveram presentes 42 cidades. A Presidente reforça
14 que foi um momento especial, com uma presença de 86 pessoas. Destaca que representará o
15 setor do audiovisual junto com outra representante de Rio do Sul, e que Balneário Camboriú
16 ainda será representado no pleito estadual, George Varela como representante das artes
17 visuais e Luciano no teatro, mais uma vez Balneário se faz presente com três nomes para
18 disputar uma vaga no Conselho Estadual. Dagma exalta a importância da cidade ter sido
19 escolhida para sediar a etapa regional o que demonstra a importância da cidade no fomento a
20 cultura. **Pauta: apresentação de projetos da LIC**, Dagma explica que a ideia era a Fundação
21 trazer os objetos do projeto e explica que foi trazido algumas ideias. **Pauta: Fórum Permanente**
22 **PMC** - A Presidente ressaltou que estão no ano da revisão do plano municipal de cultura,
23 montou um grupo e precisa dar continuidade ao trabalho, caso as pessoas não estejam mais no
24 conselho, precisa ser refeito o grupo, pois alguns membros pediram a saída do conselho.
25 **Pauta: Substituição de conselheiro** - A Presidente ficou de verificar no e-mail do Conselho,
26 quais solicitaram a saída do conselho, pois se preocupa com a falta de representação de
27 algumas setoriais. Dagma sugere que seja chamado um fórum para a setorial não ficar sem
28 representação. Bia disse que em sua análise tem representante em todas as setoriais, por
29 conta da suplência, nenhuma ficaria sem um representante. Bia disse que não vê a necessidade
30 de fazer um fórum para eleger apenas os suplentes, e acredita que em caso de ausência de
31 uma ou outra cadeira não vê necessidade ou justificativa de chamar um fórum. Celso Peixoto
32 disse que em sua época, e afirma que não sabe se é o correto, que faziam um chamamento
33 dentro da câmara setorial para substituir a cadeira. Bia reforça que não é legítimo, pois o que
34 convoca um conselho é um chamamento público, com edital, regimento, para participar das
35 reuniões do Conselho não é necessário ser conselheiro, pois toda a setorial e comunidade
36 podem participar e devem ter voz, mas para votar é preciso ser eleito em fórum. Ketlin explica
37 que é preciso seguir o procedimento legal, que precisa ser respeitado em virtude de respeitar
38 os trâmites democráticos evitando questionamentos. Reforça que as pessoas não representam
39 as câmaras, mas os segmentos artístico de toda a cidade, os eleitos são eleitos a partir da
40 sociedade civil organizada, por isso o chamamento e sua burocracia são essenciais. Ressalta
41 ainda a problemática nacional de derrubada de vários conselhos, que muito ocorreu em
42 virtude de alguns trâmites legais frágeis. Bia ressaltou que todos aprovam documentos legais, e
43 se o conselheiro que assina não foi devidamente eleito pode acarretar uma série de
44 problemáticas. É deliberado então que apenas os suplentes passarão a ser titulares no decreto
45 que deverá ser reencaminhado. **Pauta: Fórum de produtores culturais** - Dagma fala que está
46 surgindo muitos produtores culturais que nem sempre estão ligados a uma área artística e a
47 conselheira Bia sugere fazer um fórum só de produtores culturais para desenhar um novo
48 segmento, e isso para julho talvez. A conselheira Giovana acredita que há um campo grande de
49 produtores culturais na cidade. Dagma reforça que isso contribuirá para todas as áreas



51 culturais. George questiona da possibilidade de ter uma câmara setorial de produtores
52 culturais, ao que Bia disse que no próximo chamamento de gestão do conselho é possível.
53 George reforça a importância de abrir mais para fortalecer o todo. Celso reforça que a lei já traz
54 a possibilidade de criar novas câmaras setoriais. **Pauta: Lei X CMPC** - Dagma disse que
55 conversou com alguns vereadores e foi em alguns gabinetes e tem buscado novas ideias de leis
56 de incentivo a cultura, por meio de incentivo fiscal, disse que conversou com o vereador
57 Roberto que trata disso e que já tem sido rascunhado algo. Só que esse tipo de lei precisa ser
58 proposto pelo executivo, pensa que o conselho e os vereadores podem trabalhar o texto de lei,
59 e daí apresentar ao executivo, pois trata-se de renúncia fiscal, assim só o executivo propõe, em
60 Itajaí já funciona com o ISS e o IPTU. Bia ainda ressalta que poderia ir para o fundo que já existe
61 da Fundação de Cultura, sem a necessidade de criar outro. Dagma falou sobre produção
62 cultural com grandes produtoras de Itajaí, e deu exemplo de como Itajaí utiliza os recursos da
63 ANCINE e atrai verba federal. Dagma reforça que é preciso buscar recursos e não ficar apenas
64 dependente da LIC, ressaltou ainda a declaração do imposto de renda, que poderia em parte
65 ser destinado para o fundo, salienta que precisam se capacitar para conseguir esses recursos
66 de fomento. Falou da Lei proposta pelo Vereador Meirinho, que por meio de uma pesquisa
67 fomentada pela LIC, a viabilidade de se levar em consideração a fundação de Balneário
68 Camboriú, a partir da Igreja do Bom Sucesso, a cidade assim teria 155 anos e não os 55, que
69 leva apenas em consideração a emancipação. Dagma ainda trouxe outra lei proposta pelo
70 Vereador Meirinho, que vincula diretamente o Conselho, que é a possibilidade do Conselho
71 sugerir os nomes de ruas, obras públicas e monumentos da cidade, dando sugestão de
72 personagens e pessoas que tenham afinidade com a obra. Os conselheiros deliberaram pela
73 aprovação da proposta do vereador, pois entendem que trata-se do patrimônio histórico do
74 município. O conselheiro Celso sugere a elaboração de uma normativa interna com critérios
75 para elaboração dessas nomenclaturas. A conselheira Ketlin apresenta a questão da Lei
76 15/2018, que trata da reforma administrativa dos cargos em comissão. Afirma que o projeto foi
77 para as comissões da Câmara de Vereadores, sendo aprovado na comissão de constituição e
78 justiça e está agora aguardando o parecer das demais. Lembrou que esse é o momento das
79 emendas, caso o conselho tenha interesse, teria que solicitar aos vereadores essa formulação.
80 Bia disse que ficou feliz que a fundação continua, que mudou algumas coisas em termos de
81 nomenclatura dos cargos. Ketlin explicou como funciona o trâmite dentro da câmara para os
82 conselheiros. É então feita a leitura de todos os cargos que compõem a FCBC destaca-se o
83 cargo novo que trata de assessoria executiva, diretamente ligada ao superintendente da
84 Fundação, para dar suporte ao mesmo. Bia explica que a diretoria de artes e interação cultural,
85 foi a junção de duas outras diretorias. Ao que é lido a proposta atual de cargos: uma diretoria
86 de administração, orçamento, finanças e projetos e uma diretoria de teatro. Coordenadores:
87 um de arte, uma de memória, patrimônio e formação, uma de gestão de materiais e serviços,
88 uma de iluminação, uma de sonorização e uma de manutenção. A conselheira Luciana
89 questiona se não tem coordenação para a galeria. Bia ressalta que vê a necessidade é de uma
90 boa gestão da galeria e não de coordenação. George questiona a necessidade de uma
91 formação acadêmica para a diretoria de teatro, acredita que é um problema, pois precisa de
92 gestor de equipamento público e não apenas a formação de artes, acredita que não precisa
93 categorizar, sendo único cargo com essa exigência, pensa que é importante abrir, por exemplo,
94 na área de administração pública, pensa que pode ter a formação, mas é importante ter a
95 possibilidade de outras categorias. Bia pensa que uma formação com certificados dentro da
96 área, e acredita que está errado a questão da exigência do curso da área de artes, dá exemplo
97 que nem o curso de música da Univali não é área de artes, poucas universidades têm esse
98 curso específico na área de artes. É então analisado a exigência acadêmica de cada cargo da
99 Fundação. Bia e Dagma se propõe a articular com os vereadores a mudança então dessa
100 exigência na área de artes para o cargo de diretoria do teatro. Após deliberação, entende-se



103 que precisa melhor a redação, retirar a obrigatoriedade do ensino superior, mas comprovada a
104 atuação artística e experiência em mais de uma área e no cargo de Diretoria de Arte incluir a
105 galeria, ficaria diretoria de arte e galeria. Bia diz que em reunião do secretariado fará o pedido
106 diretamente a secretária Karina que está a frente para que o Executivo inclua, mas que é
107 importante articular com os vereadores. Mesmo assim, o conselho aprova e publicará uma
108 recomendação ao Prefeito, para essa alteração e solicitações quanto a Reforma. **Pauta:**
109 **indicação de suplente do Conselho Gestor BC Criativo** - Dagma fala então do fórum de eleição
110 do Conselho Gestor do BC Criativo, na qual o Conselho de Cultura possui uma cadeira, mas
111 precisa de um suplente, pois a presidente ocupará a cadeira de titular, e destacou que acredita
112 ser importante a presidência enquanto sociedade civil participar do referido conselho. A
113 Presidente ainda falou que no Fórum teve a presença de um rapaz que atua com segurança no
114 trabalho e não pode integrar, e como ele veio com disposição, foi solicitado se o Conselho de
115 Cultura aceitaria ele na suplência, ao que Dagma explicou que levaria para deliberação do
116 Conselho. Os conselheiros entendem que para assumir uma suplência seria importante ele
117 estar envolvido em uma câmara setorial e no próprio conselho. A conselheira Giovana pede
118 apenas atenção, pois as vezes as pessoas se aproximam para agregar e seria importante
119 conversar com o mesmo para se alocar em alguma câmara setorial. Dagma questiona que em
120 primeiro lugar precisa ver se há algum conselheiro que tenha interesse em ocupar a suplência
121 do Conselho Gestor do BC Criativo. Ao que é deliberado que a conselheira Giovana da Câmara
122 de Dança será a suplente. **Assuntos Gerais** - Celso pede atenção ao grupo de whatsapp, pois
123 muitas vezes é muita informação e acaba o que é importante se perdendo. Por isso, deliberou-
124 se que as principais notificações aos conselheiros venham por meio de Lista de Transmissão do
125 WhatsApp. Quanto ao planejamento do Conselho, ficou acordado que a próxima reunião,
126 metade do tempo será voltado para o planejamento, sendo com pauta reduzida. A
127 superintendente interina, Bia repassa que continua no cargo, que está sem a diretoria de
128 interação cultural, que antes era ocupada por ela e a diretoria administrativa também está de
129 saída. Explica que após as dificuldades com a LIC, tem buscado harmonizar a questão das
130 denúncias, está retomando o processo com a equipe, o servidor Douglas assumiu a função de
131 compras. Disse que saíram algumas, retornaram outras, o Celso foi para o arquivo e a Haydée,
132 servidora de carreira, assumiu a gestão dos contratos da LIC. Falou que a Biblioteca reabriu e o
133 TR do telhado em breve acontecerá, e o George ajudará na conclusão do painel. E repassou um
134 convite e pediu ajuda do Conselho para divulgar as Câmaras, sobre um curso de formação de
135 conselheiro, que ocorrerá no dia 18 de junho, na AMFRI, sobre o Sistema de Cultura,
136 organizado pela Escola do Legislativo da Alesc, e que será disponibilizado inclusive certificado.
137 E falou que no dia 22 de maio, fará parte da mesa de discussão de cultura da Câmara dos
138 Deputados, em Brasília, para falar sobre o impacto da extinção do Ministério da Cultura. Pede
139 que se unam e fortaleçam o Conselho. Explicou então que no Fórum de Produtores Culturais,
140 sejam chamados os projetos da LIC para apresentarem de forma resumida os resultados dos
141 seus projetos, pois entende que cada um envolveu um produtor cultural. Com relação a isso
142 deliberou-se que o fórum será realizado no mês de agosto. Dagma traz como ponto ainda a
143 questão da denúncia feita pelo servidor Rafael contra o Conselho, dizendo que o mesmo legisla
144 em causa própria e propõe uma moção de repúdio e a solicitação de afastamento do Conselho.
145 George acredita que é pertinente se manifestar, falou que a opinião dele foi ouvida, disse que
146 houve um revanchismo confesso dele contra o conselho e acredita que nesse meio houve
147 calúnia e difamação e que isso é grave, mas acredita que a atitude foi leviana e é essencial ter
148 uma manifestação. Celso se manifestou contrário e parte do princípio que ele errou na forma,
149 mas não no direito, pois todos têm o direito de se manifestar e pedir, mas a forma que ele fez
150 foi errado. Acredita que nenhum conselheiro se beneficiou nunca, mas que o silêncio é a
151 melhor resposta. Dagma disse que jamais questionaria o direito dele se manifestar, mas ele
152 pensava que o conselho tinha que peitar o compras e a controladoria quanto a legislação



155 federal. Ketlin concorda com a visão do Celso, pensa que a nota é viável inclusive por que o
156 conselho nunca legislou em causa própria, mas não acredita que pedir o afastamento do
157 conselho seja o caminho, por acreditar que é importante mostrar que o conselho não atua com
158 revanchismo, e que sabe lidar inclusive com as dissidências dentro do conselho. George disse
159 que não se trata de não aceitar a contrariedade de opinião, mas que a atitude do servidor foi
160 leviana para com a instituição conselho. Celso entende que se a questão é de responsabilização
161 legal e então deve-se ir para a instância jurídica, pois nesse momento não adianta nada mais a
162 nota pública. Bia ressalta que foi injusto por que o regramento da LIC mudou no meio do jogo,
163 e isso não se deve fazer, ainda deu exemplo que no fórum de eleição do conselho foi
164 confirmado que todos poderiam participar da LIC, mesmo sendo conselheiro. George reforça
165 que mudou por conta denúncia feita, pela impossibilidade da esposa de Rafael não participar, e
166 que a decisão foi tomada pelo coletivo em reunião do Conselho, onde todos puderam votar e
167 que ele acabou perdendo na votação e só então houve a denúncia. Por fim, deliberou-se que a
168 questão deve ir para a instância jurídica e que será necessário buscar orientação de advogados
169 para ver como poderão proceder os que sentiram-se lesados. Eu Ketlin da Rosa Talevi,
170 secretária *ad hoc* do Conselho Municipal de Cultura, redigi a presente ata que será lida e
171 assinada pelos presentes.









